

# Territorialidades entre grupos sociais não hegemônicos e as formas tradicionais de organização político-estatal no município de Mirabela – MG

**Territorialities between non-hegemonic social groups and the traditional forms of political-state organization in the municipality of Mirabela – MG**

**Territorialidades entre los grupos sociales no hegemónicos y las formas tradicionales de organización político-estatal en el municipio de Mirabela – MG**

**Amanda Maria Soares Silva**  

Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES, Montes Claros (MG), Brasil  
[amandinhasilva30@hotmail.com](mailto:amandinhasilva30@hotmail.com)

**Cássio Alexandre da Silva**  

Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES, Montes Claros (MG), Brasil  
[cassio.silva@unimontes.br](mailto:cassio.silva@unimontes.br)

---

## Resumo

O artigo aborda as territorialidades entre grupos sociais não hegemônicos e as formas tradicionais de organização político-estatal no município de Mirabela – MG. A análise teórica é norteada a partir das espacialidades, com ênfase na categoria território, resultado dos “entrelaçamentos” de processos históricos, da base material e social das dinamicidades humanas locais e regionais. O caminho metodológico utilizado consistiu em pesquisa bibliográfica, trabalho de campo com o apoio da pesquisa-participante como instrumento de coleta de dados a entrevista semiestruturada. A investigação apresenta-se dentro do contexto da entrada das empresas de monocultura de eucalipto no Norte de Minas na década de 1960 nos processos de conformação dos territórios às premissas dessas corporações empresarias, com auxílio da máquina estatal e seus subsídios. O território como categoria, em suas multidimensionalidades, sujeito-relação-espaco, delimitado no campo de conflitualidade e disputa pelo “poder”, tanto material como imaterial. As concepções, político-jurídicas, econômicas e culturais, e às territorialidades são presentes cotidianamente no município de Mirabela. Nessa perspectiva geográfica o território apresenta diferentes nuances, seja, pelos processos geográficos de Territorialização,



Desterritorialização e Reterritorialização que são erguidos e reconstruídos conforme a relação de grupos para com seus devidos territórios. As relações de poder entre os raizeiros e as empresas de monocultura de eucalipto conjugam determinados significados ao espaço e território, consolidam sentidos, noções que legitimam ações de cunho sociais por políticas.

**Palavras-chave:** Território. Territorialidades. Hegemonias. Raizeiros.

---

#### **Abstract**

The article addresses the territorialities between non-hegemonic social groups and the traditional forms of political-state organization in the municipality of Mirabela – MG. Theoretical analysis is guided by spatialities, with emphasis on the territory category, the result of the "intertwining" of historical processes, the material and social basis of local and regional human dynamics. The methodological path used consisted of bibliographical research, field work with the support of participant research as a data collection instrument, the semi-structured interview. The investigation is presented from the context of the entry of eucalyptus monoculture companies in the North of Minas Gerais in the 1960s in the processes of forming territories to the premises of these business corporations, with the help of the state machine and its subsidies. The territory as a category, in its multidimensionalities, subject-relation-space, delimited in the field of conflict and dispute for "power", both material and immaterial. Conceptions, political-legal, economic and cultural, and territorialities are present daily in the municipality of Mirabela. From this geographical perspective, the territory presents different nuances, that is, due to the geographical processes of Territorialization, Desterritorialization and Reterritorialization that are built and reconstructed according to the relationship of groups with their respective territories. The power relations between the rootmen and the eucalyptus monoculture companies combine certain meanings with space and territory, consolidate meanings, notions that legitimize social and political actions.

**Keywords:** Territory. Territorialities. Hegemonies. Rootsmen.

---

#### **Resumen**

El artículo aborda las territorialidades entre grupos sociales no hegemónicos y las formas tradicionales de organización político-estatal en el municipio de Mirabela – MG. El análisis teórico se orienta por las espacialidades, con énfasis en la categoría territorio, resultado del "entrecruzamiento" de procesos históricos, base material y social de las dinámicas humanas locales y regionales. El camino metodológico utilizado consistió en la investigación bibliográfica, el trabajo de campo con apoyo de la investigación participante como instrumento de recolección de datos, la entrevista semiestructurada. La investigación se presenta a partir del contexto de la entrada de empresas de monocultivo de eucalipto en el Norte de Minas Gerais en la década de 1960 en los procesos de conformación de territorios a los locales de estas corporaciones empresariales, con el auxilio del aparato estatal y sus subsidios. El territorio como categoría, en sus multidimensionalidades, sujeto-relación-espacio, delimitado en el campo del conflicto y disputa por el "poder", tanto material como inmaterial. Concepciones, político-jurídicas, económicas y culturales, y territorialidades están presentes cotidianamente en el municipio de Mirabela. Desde esta perspectiva geográfica, el territorio presenta diferentes matices, es decir, a través de los procesos geográficos de Territorialización, Desterritorialización y Reterritorialización que se construyen y reconstruyen según la relación de los grupos con sus respectivos territorios. Las relaciones de poder entre los raizeiros y las empresas de monocultivo de eucalipto combinan ciertos significados con el espacio y el territorio, consolidando significados, nociones que legitiman acciones de carácter social y político.

**Palabras-clave:** Territorio. Territorialidades. Hegemonías. Raiz.

---

## Introdução

As condições ambientais e a qualidade de vida das sociedades, no início do século XXI são agravadas pelos modos de produção, que ainda têm provocado a degradação do ambiente natural e social. (SILVA, 2015). A crise ambiental contemporânea assistida nas últimas décadas ascende uma série de abordagens em diferentes campos de formação e pesquisa. Diante desse cenário são delineadas novas formas de rediscussão e paradigmas em relação sociedade/natureza, bem como, as relações territoriais estabelecidas pela população nos locais ocupados e os grandes projetos desenvolvimentistas.

Em consonância com Ascerald (2004), essa conjuntura possibilita entendermos o significado de justiça ambiental, que corresponde à distribuição equitativa e justa dos danos e benefícios ambientais para os diferentes espaços e grupos sociais afetados pelos resultados perversos da apropriação dos recursos naturais. Como forma de questionar essa velha ordem vigente, movimentos designados de novo constitucionalismo latino-americano ou constitucionalismo andino são insurgentes na América Latina.

Tais movimentos articulam os interesses de diferentes grupos os quais reivindicam um novo olhar as demandas sociais e o reconhecimento da diversidade e autonomia do sujeito na sociedade. Santos (2010) afirma tratar de um projeto descolonizador cujo paradigma epistemológico apresenta um viés político e social, pautado pelo pluralismo jurídico, e na ideia de Estado plurinacional princípios que rompem aquela velha lógica pautada na racionalidade europeia. Para traduzir esta nova racionalidade, Santos (2010) adota a teoria “pós-colonial”. Nas palavras do próprio autor, a teoria pós-colonial se define por:

Um conjunto de correntes teóricas e analíticas, com forte implantação nos estudos culturais, mas hoje presentes em todas as ciências sociais, que têm em comum darem primazia teórica e política às relações desiguais entre o Norte e o Sul na explicação ou na compreensão do mundo contemporâneo. Tais relações foram constituídas historicamente pelo colonialismo e o fim do colonialismo enquanto relação política não acarretou o fim do colonialismo enquanto relação social, enquanto mentalidade e forma de sociabilidade autoritária e discriminatória. (SANTOS, 2010, p. 28).

Um desdobramento dos esforços em romper com as bases teóricas e sociais vigentes, diz respeito à instauração de um Estado plurinacional que reconhece a democracia participativa e dialógica e a existência de formas de economia segundo os valores tradicionais dos diversos grupos sociais (étnicos e culturais) existentes.

O Estado se torna um importante agente de políticas públicas de planejamento, com o intuito de garantir aos povos e comunidades tradicionais o território como o espaço de apropriação para (re) produção de seus valores, costumes e modo de vida, visão firmada na autossustentabilidade, a partir dos sujeitos, e não dentro apenas da dimensão jurídica. Aspecto importante, já que, compreende a terra não como uma simples mercadoria passível de apropriação.

Normas foram internalizadas pelo sistema jurídico brasileiro com o intuito de proteger os diferentes grupos portadores de referência à identidade, à ação e à memória que formam o patrimônio cultural brasileiro. A Constituição de 1988 reservou uma seção específica ao assunto, o pluralismo cultural e a diversidade de valores dos grupos étnicos são tratados de forma mais aprofundada na Constituição Federal brasileira.

Diferentes legislações internacionais que assegura os direitos dos povos e suas e suas práticas tradicionais, com destaque para a Convenção 169, da UNESCO, aderida pelo Brasil em 2002 garante a proteção e a promoção da diversidade das expressões culturais, e o reconhecimento de territórios tradicionais, cunhando a conformação de espaços contra hegemônicos e a legitimação de direitos a estes sujeitos.

Outros instrumentos legais calcados em normativas internacionais e nos princípios constitucionais mencionados merece destaque o Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, estabelece que os territórios tradicionais sejam espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais.

Mas, para que essas metas sejam alcançadas, os governos locais carecem criar um ambiente jurídico aliado a políticas públicas voltadas para a implementação dessas metas a partir desses marcos legais e a prevalência de um diálogo não hegemônico o que exige uma postura por parte dos governos locais e não apenas discursos falaciosos e inconsistentes.

O Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 no seu artigo Art. 3 - define Povos e Comunidades Tradicionais “como grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”.

Desde o período colonial os moldes de produção econômica impostos pela coroa portuguesa e persistem nos dias atuais coloca em cheque o reconhecimento ancestral e jurídico do direito ao território pelas populações tradicionais. Entre vários percalços que dificultam esse deferimento, um deles está ligado as diferentes percepções de territorialidades. Essas divergências conceituais são responsáveis pela geração de conflitualidades entre os grandes empreendimentos capitalistas e as populações afetadas.

No momento que esse modelo capitalista territorializa-se localmente, “jogos de poderes” e interesses afloram. Estratégias de geografar a terra são adotadas por meio de novas formas de relação com a natureza (GONÇALVES, 2002). Essa territorialização do capital apenas reforça o discurso hegemônico que continua ignorar outros usos da terra, outros agentes que possuem lógicas de racionalidade produtivas divergente do modelo capitalista hegemônica.

A datar da colonização do território brasileiro, populações remanescentes e originadas articulam e resistem buscando a sustentação do modo de vida e o direito legal da terra (ALMEIDA, 2004). Tais relações é por Almeida (2004) ao alertar que as populações estão vendo a subtração dos seus territórios acompanhados da alteração dos seus modos de vida, em virtude da expansão da agropecuária, produção industrial, atividades de infraestrutura e situações relacionadas à poluição e contaminação ambiental.

Após a segunda guerra mundial instala-se no território brasileiro uma agricultura científica, incorporadas dentro dos paradigmas da produção e do consumo globalizado. Esse quadro desencadeia a propagação e a funcionalidade de espaço adaptado à produção e fluxo das mercadorias do campo, delineando uma rede produtiva que abrange desde o campo até a especialização de novos setores como a agroindústrias.

A estruturação espaço-temporal dos povos e comunidades tradicionais apresenta como âmbito registros de conflitos divergentes aos anseios das diferentes formas de apropriação capitalista sejam os embates em torno da acumulação desigual de riquezas, ou do “confisco” de outras propriedades que envolvam os recursos naturais. (ALMEIDA, 2004).

O modelo desenvolvimentista que além de expropriar territórios tradicionais e impor um modelo de ocupação do espaço é responsável pela geração da degradação ambiental e de enormes custos sociais, fato bem contextualizado no processo de expansão das fronteiras agrícolas das regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil e a atuação e exploração das mineradoras em todo o território brasileiro.

Nesse intento, o presente estudo tem o enfoque o Estado e as territorialidades raizeiras no município de Mirabela a partir da Associação Raízes do Riachão. O objetivo é analisar Territorialidades entre os grupos sociais não hegemônicos e as formas tradicionais de organização político-estatal no município de Mirabela – MG.

O trabalho está dividido em três partes. A primeira delas alude às questões essenciais entre os Estado e as territorialidades raizeiras no município de Mirabela – MG. A segunda parte aborda Cooperativa Raízes do Riachão: coexistir para resistir. Por fim, a terceira parte verifica as Territorialidades construídas a partir da reprodução da propriedade capitalista.

## **Metodologia**

Trata-se de um estudo de caso cujo caminho metodológico utilizado consistiu em pesquisa bibliográfica, trabalho de campo com o apoio da pesquisa-participante como instrumento de coleta de dados a entrevista semiestruturada. A investigação apresenta-se dentro do contexto da entrada das empresas de monocultura de eucalipto no Norte de Minas na década de 1960 nos processos de conformação dos territórios às premissas dessas corporações empresariais, com auxílio da máquina estatal e seus subsídios.

## O Estado e as territorialidades raizeiras no município de Mirabela – MG

O Estudo de caso é a Comunidade Riachão onde sedia um empreendimento solidário o *Raízes do Riachão*. Fato que possibilita levarmos em consideração as questões das territorialidades dos raizeiros daquela comunidade como o conflito pela posse da água e a expansão do monocultivo de eucalipto, elementos que interferem a dinâmica dos raizeiros e implica em investigar a relação com a terra e as identidades territoriais, e, as territorialidades em curso. Os participantes da Associação Raízes do Riachão são considerados guardiões da medicina tradicional. Eles extraem e utilizam do bioma Cerrado raízes, cascas, resinas, óleos, folhas e outros recursos naturais. A prática e o manejo em torno do tratamento de males têm como suporte o conhecimento tradicional transmitido de geração em geração.

Falamos de um grupo que vive em um espaço no qual há uma diversidade de ecossistemas, resultando, naturalmente, em uma riqueza cultural nata e exclusiva. Esses ambientes permitem práticas que suscitam curiosidade científica embasadas na percepção daqueles que convivem com o Cerrado e que recebem uma bagagem de conhecimento repassadas dos mais velhos aos mais jovens. O conhecimento tradicional é composto não apenas de plantas e práticas medicinais, mas engloba um conhecimento apurado acerca dos ambientes onde são encontradas e coletadas as plantas medicinais. Os raizeiros apropriam os diferentes ambientes a partir de uma percepção aguçada que os tornam capazes de reconhecer, classificar e nomear os ambientes onde ocorrem as plantas medicinais do cerrado.

O Cerrado Norte Mineiro reconhecido como um *hotspot* de biodiversidade importantes para a população que vive neste nele - está ameaçado pelas formas de uso e exploração da terra, intensificadas nas últimas décadas. A área de estudo está localizada no norte de Minas, o município de Mirabela apresenta uma diversidade de recursos genéticos de plantas medicinais, SILVA (2015). Quadro que foi convertido em sabedoria popular e o estabelecimento de uma relação pautada na afinidade entre o homem e as plantas medicinais que compõe os ecossistemas<sup>1</sup>, da localidade de estudo.

---

<sup>1</sup>Segundo Almeida (1998) esses ecossistemas representam tipos fisionômicos do bioma cerrado, cuja ocorrência está condicionada pelo nível do lençol freático, da fertilidade do solo, da geomorfologia do relevo e da topografia ou altimetria do mesmo. Elementos que determinarão espécies vegetais com diversas formas fisionômicas, as quais serão denominadas de: Cerradão, Cerrado Rupestre de Altitude, Cerrado "*strito sensu*", Campo Limpo, Mata Galeria, Mata Ciliar, Veredas.

Entre as árvores de troncos torcidos e vegetação rasteira que formam o cerrado do município de Mirabela, é possível deparar com um acervo de plantas, riqueza botânica como remédios naturais utilizadas pela comunidade local.

O amplo emprego dessas plantas nas práticas de medicina popular pela população local determinou diversas racionalidades de territorialidade humanas e formas de manejo e tradições ancestrais, políticas, socioambientais. Lógica adaptativa dentro do exponencial que representa o bioma norte mineiro e que hoje ainda subsiste, mesmo sob a égide uniformizadora do capital (DAYREL, 2019).

A dinâmica de ocupação do solo no município de Mirabela no contexto norte mineiro é necessária destacar que historicamente, que a economia brasileira se estruturou em bases agrícolas de produção onde a introdução de monoculturas se fez presente em ciclos, e períodos, desde o Brasil colonial (ALMEIDA, 2004).

Diversas iniciativas amparadas nos modelos desenvolvimentistas executados por organismos federais como a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, que transformou o sertão mineiro, inclusive Mirabela em um dos eixos de projetos de “reflorestamento” de eucalipto, como produto dessa modernização uma imensa concentração de terras nas áreas rurais desencadeou a ocupação de áreas comunais, até então utilizadas pelas populações tradicionais, por empresas reflorestadoras, consequências que se refletem na atualidade, Dayrell (2000) explica como se deu a dinâmica de desenvolvimento da região e o suas repercussões para a população local.

O processo de “desenvolvimento” recente nessa região, considerada uma das mais pobres do estado, foi conduzido pelo poder público e não levaram em consideração as populações - camponesas, indígenas, quilombolas, pescadores, coletores, etc. - que aí viviam secularmente. Privilegiando as oligarquias tradicionais e os setores industriais e agroindústrias da sociedade, deu-se início a modernização da região. Foram priorizados investimentos públicos e financiamentos subsidiados destinados a grandes projetos de pecuária, irrigação, reflorestamentos monoculturas, estímulo à monocultura do algodão, difusão de práticas agrícolas ditas modernas, associados com instalação de um parque agroindustrial, e de indústrias extrativas e de ponta (biotecnologia, veterinária e ótica, etc) (DAYRELL, 2000, p. 191).

Nessa perspectiva Dayrell (2000) ressaltou as implicações dos projetos desenvolvimentistas do Estado e da elite capitalista brasileira em Minas Gerais, a partir

dos anos 1960, com a intervenção da SUDENE sob a perspectiva da sustentabilidade naquele momento. Opinião comungada por Silva (2000):

Os sertanejos e suas formas de relação com o ambiente, sua culinária e sua sociabilidade assim como os cerrados, a caatinga, as matas secas, as veredas, os córregos e rios, os veados, tatus, caititus se tornam aí ou impedimentos a serem removidos do caminho inexorável do desenvolvimento ou matérias primas a serem utilizadas (de forma insustentável) no processo de acumulação do capital (SILVA, 2000, p. 299).

A expansão do cultivo do eucalipto no Brasil, para o uso comercial é datado no final do século XIX, justificada pela carência de madeira para o setor ferroviário da época. Mas, foi na década de 1960 através dos incentivos fiscais e intervenções estatais que a atividade se consolidou no país, incentivada pela procura de madeira para abastecer as atividades industriais, em especial, o setor siderúrgico (GONÇALVES, 2000).

Entre os períodos de 1967 e 1986 correspondem o auge dos incentivos fiscais desses programas de plantio comercial de eucalipto. Momento em que foram delimitados espaços destinados à produção de eucalipto em vários Estados incluindo Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia e São Paulo a ponto de materializar um padrão esboçado por grupos empresariais.

O Estado com seu caráter intervencionista, característica inerente da economia daquela época passou a ser o agente indispensável nas mãos dessas corporações empresariais responsáveis pela re (estruturação) de algumas porções do território brasileiro. Espaços de excelência para os empreendimentos da monocultura de eucalipto (ACSELRAD, 2007). Como áreas restritas às estratégias produtivas de longo prazo, a ponto de desarticular conceitos produtivos e políticas públicas destinadas ao desenvolvimento local e a produção de alimentos.

O processo de expansão da monocultura de eucalipto trouxe a tona movimentos sociais, comprometidos em combater esse modelo de desenvolvimento, e articular propostas alternativas de interesses das populações (SHIVA, 2003; CARRERE, 2003).

Pádua (2003) esclarece que priorizar a monocultura é uma decisão econômica e política, que visa nada mais que a concentração de poder social, econômico e ambiental nas mãos de uma velha elite que insistem em prosseguir um modelo de degradação

socioambiental. Consideração sinalizada por Ribeiro: “A dialética construção/destruição (de bases culturais, de modos de vida, de hábitos e comportamentos, de formas de acesso a meios de subsistência, de recursos naturais) constitui, atualmente, um irrecusável compromisso analítico” (RIBEIRO, 2000, p. 241).

A busca por estratégias que possam superar esse formato de desenvolvimento é uma luta do cotidiano das comunidades tradicionais. Nas últimas décadas, houve avanços as populações alcançaram visibilidade e o reconhecimento dos direitos e políticas públicas. Mas, a pauta de reivindicações ainda é longa e necessária para que haja a consolidação dos processos de autoafirmação identitária; da regularização fundiária e o fortalecimento das práticas culturais.

A perspectiva da sustentabilidade sucumbe à saída do campo e a concentração espacial da população nas periferias urbanas, a erradicação da biodiversidade e dos ecossistemas regionais, a degradação dos solos, ao desequilíbrio hídrico, a erosão da riqueza genética e cultural acumulada no processo histórico de convivência dos sertanejos com o sertão. (SILVA, 2000). No município de Mirabela essas questões são fáceis de serem identificadas<sup>2</sup> através das conversas com essas populações, percepção em relação à degradação do Cerrado está presente, principalmente a partir de relatos que correlacionam a instalação das empresas de monocultura do eucalipto com os impactos ambientais gerados, (SILVA, 2015).

### **Cooperativa Raízes do Riachão: coexistir para resistir**

O cerrado no município de Mirabela encontra-se sob forte ação antrópica (SILVA, 2015), em grandes áreas, que já houve o corte do eucalipto formou-se um “decampado”, de acordo com a população local, nessas áreas vem surgindo enormes “buracos”<sup>3</sup>, principalmente no período das chuvas. Essas tensões expressas na

---

<sup>2</sup>SILVA, A. M. S. Percepção Ambiental dos geraizeiros sobre as plantas medicinais do cerrado no município de Mirabela – MG. In: Colóquio Internacional. A universidade e modos de produção do conhecimento: para que desenvolvimentos?, 5, Montes Claros. **Anais**. Montes Claros: Unimontes, 2015. p. 1-16.

<sup>3</sup> Lesões presentes na paisagem consideradas por Ab’Sáber (1968) como resultado de um processo inicialmente provocado pela dinâmica da percolação linear as águas subsuperficiais. A “morfologia dos buracões” observada na paisagem é considerada por Ab’Sáber (1968) como o resultado de um processo que remonta décadas da dinâmica da fisiologia da paisagem.

desarticulação díspar entre as políticas de desenvolvimento urbano industrial e do mundo rural, onde a ruralidade tem se firmado historicamente de forma desfavorável.

O conflito entre essas duas racionalidades produz espaços contra hegemônicos avessos à territorialidade capitalista globalizante (SANTOS, 2005). O sociólogo Boaventura de Sousa Santos (2005) avalia que os efeitos contraditórios da globalização hegemônica capitalista induzem a acreditar que a ferramenta de luta contra esse processo está na forma combinativa entre esses autores. Mas qual seria essa dialética? Uma postura desprovida de pragmatismos descontextualizados com essa nova realidade que vivemos e disposta a buscar alternativas como, por exemplo, o incentivo às pequenas economias, comunitárias e locais, (SANTOS, 2005).

Interessante que essa resistência a partir da combinação com essa ótica globalizante já é uma realidade. Há várias iniciativas voltadas a inserção dos povos e comunidades tradicionais neste processo de globalização que surge localmente, (SANTOS, 2005). A exemplo temos algumas modalidades de organizações sociais que representam ferramentas não estatais, as quais os indivíduos se organizam e estrutural com o objetivo de uma causa política negligenciada pelo Estados.

Essa causa pode estar enquadrada em: direitos humanos, direitos indígenas, gênero, meio ambiente, entre muitos outros, os autores envolvidos nessas ações podem ser universidades, sindicatos. As cooperativas agroextrativistas são bons exemplos, muitas delas buscam intercâmbios oferecidos por organismos internacionais com o intuito de proporcionar troca de experiência sobre comercialização de produtos florestais.

Como forma de resistência representado pelo esforço em conjunto para a implementação de modelo de desenvolvimento pautado na sustentabilidade e na preservação do cerrado e das manifestações culturais, apresentamos a cooperativa Raízes do Riachão consiste em um empreendimento popular recém-inaugurado, resultado da mobilização de alguns raizeiros do município de Mirabela. Uma organização comunitária que conta com a participação de 20 cooperados cuja sede encontra-se na zona rural do município, no povoado denominado de Riachão. Tendo como pilar a cooperação entre os membros, a aliança organizada gira em torno da produção de remédios através do uso das plantas medicinais do cerrado.

Os raizeiros atuam no processo de coleta, manejo, armazenamento e produção de remédios fitoterápicos e sua comercialização. Através das matérias-primas vegetais são retiradas tintura<sup>4</sup> de espécies como: ipê-roxo (*Tabebuia heptaphylla*, Fam. *Bignoniaceae*), barbatimão (*Stryphnodendron barbatiman*), guaco (*Mikaniaglomerata e M. laevigata*, Fam. *Asteraceae*) entre outras espécies vegetais típicas da região de Mirabela. As tinturas extraídas dessas plantas são indicadas para o tratamento de doenças do trato respiratório, infertilidade, câncer, produtos de ampla comercialização nos espaços de feiras e eventos. O propósito é que essa comercialização estenda para além do seu lugar de moradia e confira aos raizeiros a oportunidade de desenvolverem sua autonomia em espaços de comercialização solidária.

A iniciativa de desenvolvimento sustentável nas comunidades extrativistas traz benefícios ao ecossistema da região, pois a valorização dos frutos do Cerrado levou comunidades a se conscientizarem para a preservação do bioma, e isso levou conhecimentos culturais da utilização dos frutos ao mercado consumidor. Esse processo inclusive levou ao plantio de mudas de espécies nativas.

Os raizeiros recebem várias nomeações como herbários, curandeiros (França et al. 2008), ervateiros (Miura et al. 2007) ou erveiros (Alves et al. 2008), são pessoas reconhecidas pela cultura popular que conhecem técnicas sustentáveis para a coleta de plantas, preparo de remédios caseiros e sua indicação para diversos tipos de males e doenças. O arcabouço burocrático endossa a falta de sensibilidade do marco legal as características de ordem: cultural, geográfico e histórico. Quadro que dificulta, mas não impede a consolidação dos negócios vigorados pelo modelo cooperativo. Obstáculos os quais irão deparar no dia-a-dia e com a operação do empreendimento, só assim os protagonistas das cadeias produtivas dessas cooperativas possam manter a cultura da medicina popular.

A Cooperativa Raízes do Riachão como outros exemplos de cooperativas espalhadas no país tem como ponto semelhante o fato de comungarem de uma mesma racionalidade, centrada no solidarismo e empreendedorismo popular. Princípios distintos da racionalidade estrita do capital, movidos pela capacidade social e desejo em

---

<sup>4</sup> De acordo com Zatta (2000) refere-se ao Produto elaborado por meio da maceração de extratos de plantas medicinais existe outras formas de produtos além da tintura como chás, xaropes, infusões etc.

criar um projeto de vida, em consonância com suas experiências históricas e potenciais culturais.

Fundamentos aliados ao ofício da medicina popular transformaram em potenciais para a geração de autonomia e preservação do patrimônio cultural. Desde a década de 1940 debates e documentos públicos elaborados pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) destacam as definições de patrimonialização cultural (ABREU, 2015).

As dinâmicas de patrimonialização reconhecem a pluralidade das representações acerca da memória social e dos patrimônios e, como resultado, há a “entrada na cena pública de segmentos sociais antes invisíveis, oriundos das camadas populares e das sociedades tradicionais” (ABREU, 2015, p. 70). De acordo com Santos (2005), torna-se essencial admitir formas próprias de arranjos do território, difundindo respostas para além das ideologias fixadas pela epistemologia, cultura e política europeia hegemônica. No município de Mirabela, encontramos diversas pessoas que se auto identificam raizeiros. Essas pessoas residentes tanto no meio rural como urbano tem em comum uma relação própria no modo de viver, de se relacionar com o bioma cerrado, especialmente no que se referem a conhecimentos tradicionais agregados as plantas medicinais e diversos fatores culturais diferenciados que formam uma identidade própria. *“Remédio eu conheço muito, qualquer tipo de remédio, não existe um tipo de remédio que eu não conheço mais tudo é pela ideia”*.<sup>5</sup>

Destacamos neste trabalho o papel histórico dos raizeiros, os quais possuem o seu modo de vida embasada por uma particularidade cultural que reflete um patrimônio imaterial<sup>6</sup> o qual não pode ser medido, passado de geração em geração.

### **Territorialidades construídas a partir da reprodução da propriedade capitalista**

Enquanto as reflorestadoras de eucalipto disputam o poder de concentrar riquezas e de explorar a terra. Os raizeiros pleiteiam o poder de direito de ser e de viver

---

<sup>5</sup> Entrevista realizada em 2019.

<sup>6</sup> A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) define como patrimônio imaterial "as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos os indivíduos, reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural." Esta definição está de acordo com a Convenção da UNESCO para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, ratificada pelo Brasil em março de 2006.

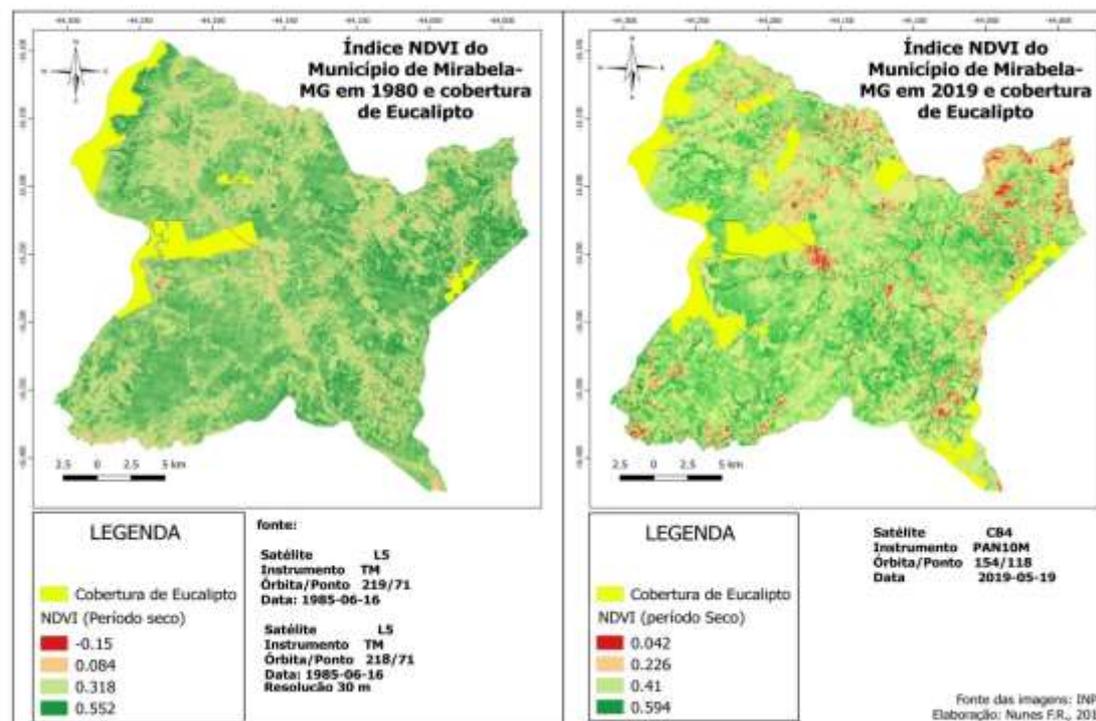
ao defender suas manifestações culturais e memória através das plantas medicinais as quais representam um saber local, reproduzido e difundido pelas populações ao longo de várias gerações, que vem sendo expropriado em detrimento do desenvolvimento dessas populações.

As plantações de eucalipto ao substituírem as espécies nativas do cerrado, muitas dessas usadas como remédio produz outros sérios impactos ambientais à região como a concentração fundiária, estimulada pela venda de terras e com sua consequência o êxodo rural, fator responsável pela pobreza e miséria nas grandes cidades.

Justamente nessas díspares formas de territorialidade é que as conflitualidades cotidianas “se cristalizam”. Essa reflexão é fundamental, pois o que está em jogo são as interfaces entre territorialidades de grupos antagônicos que sobrepõe em um determinado local. Embora, esses agentes não tenham chocado de fato as vias de violência, essas discrepâncias gritantes entre esses grupos é que alimentam narrativas e buscas por cotas desse espaço de disputa, sejam de ordem materiais e/ou imateriais. (GONÇALVES, 2000).

Tal análise implica uma discrepância na dinâmica de desenvolvimento geográfico do capitalismo no município a territorialidade das monoculturas de eucalipto se conforma como hegemônica. As contradições do capital alteraram de forma significativa a configuração socioespacial dos territórios, os efeitos sobre as atividades tradicionais são intensos e os problemas socioambientais são identificados por meio da modificação das paisagens do cerrado que são transformadas por meio das monoculturas de eucalipto. (GONÇALVES, 2000). Na sequência são apresentados dois mapas ilustrando a expansão do monocultivo de eucalipto no município de Mirabela a intenção é ilustrar territorialmente a evolução da cobertura entre os anos de 1980 a 2019.

**Figura 1:** Mapeamento da cobertura de eucalipto no município de Mirabela nos anos de 1980 a 2019<sup>7</sup>



Fonte: INPE, 2010. Org.: Nunes F. R., 2019.

Para analisar o avanço da monocultura de eucalipto entre os anos de 1980 a 2019 foi utilizado o NDVI ou Índice de Vegetação por Diferença Normalizada – IVDN, que consiste em *modelos matemáticos desenvolvidos a partir da reflectância da vegetação*. Ao integrar a reflectância de duas ou mais bandas espectrais, ou comprimentos de ondas, os índices de vegetação conseguem realçar determinadas características (TUCKER, 1985).

O NDVI analisa a **resposta espectral das plantas** nas bandas do vermelho e do infravermelho próximo. A fórmula utilizada para o cálculo do mesmo é:

<sup>7</sup> A composição de imagens para a referente análise cartográfica foi produto de testes de várias cenas e satélites, a escolha dos referentes produtos (CBERS-4 e LANDSAT-5) se deu a partir da análise de diversos fatores, entre eles a interferência climática, especificamente nuvens e data das imagens, onde foi possível chegar com o maior intervalo de tempo aos produtos, levando-se em conta a área de estudo. Ressalta-se que apesar das resoluções serem diferentes nas cenas, tal fato não impossibilitou as análises referentes ao índice de vegetação proposta na temática cartográfica aqui apresentada.

$$NDVI = \frac{(IVP - V)}{(IVP + V)}$$

No caso, IVP significa infra vermelho próximo e V significa vermelho. Ou seja, a fórmula acima nada mais é do que uma razão entre as reflectâncias no infra vermelho próximo e no vermelho, sendo que a mesma gera valores que variam entre -1 e 1, onde que:

- Valores próximos de 1 indicam uma vegetação ativa e saudável e;
- Valores próximos a 0 indicam a presença de solo exposto ou que a vegetação está menos ativa ou senescente.

Um rápido exame visual nos acima, dentre os diferentes tipos de cobertura vegetal dentro da área de análise iremos encontrar formações vegetais naturais e florestas plantadas. Esta última, corresponde a espécie do eucalipto que avança sobre o cerrado no município de Mirabela – MG durante o período analisado. Para o mapeamento das áreas contendo plantios homogêneos do gênero *Eucalyptus*, considerou-se a interpretação visual na composição colorida correspondente à área hachurada na cor amarela. Em aproximadamente 40 anos, é visível o aumento das áreas de solo exposto (área hachurada de vermelho) que tiveram como principal causa provável a expansão do município e a exploração dos recursos naturais da região. É notório a redução da mata nativa (áreas rachuradas de verde) que são incorporadas para as atividades agropecuárias. As áreas plantadas de eucalipto estão irregularmente distribuídas pelo município de Mirabela, especialmente, dentro dos ambientes conhecidos como chapadas para agravar a situação, o modelo atual dos plantios é feito de forma contínua e em áreas muito extensas. O plantio do eucalipto vem se expandindo cada vez mais, devido à grande rentabilidade que é capaz de gerar (SILVA, 2015).

O sistema agrário do eucalipto historicamente vem transformando as distintas paisagens rurais do território mirabelense e alterando as relações sociais locais de produção. Dito de outra forma, as relações estabelecidas entre os trabalhadores locais (geralmente agricultores familiares) com os equipamentos, a terra e os meios de produção são alteradas

A expansão dessa cultura provoca a acelerada destruição dos ecossistemas e de sua biodiversidade colocando em risco a sobrevivência das espécies medicinais utilizadas pelas populações rurais, reduzindo drasticamente sua disponibilidade, e até extinguindo-as por completo. Algumas destas espécies podem até nem ter sido descritas pela botânica (SILVA, 2015). Segundo os raizeiros<sup>8</sup> verifica-se a extinção de plantas medicinais, que há tempo atrás era facilmente vista. Fato mencionado nas falas de uma raizeira:

“A gente não aceita o desmatamento não, o povo do IBAMA não aceita não. A única coisa que tem aqui é o eucalipto onde eles compraram foram justamente pra eucalipto. Aqui tinha muito fruto, muito pequi, muita coisa, mas o desmatamento para o plantio do eucalipto acabou com essas plantas tudo”.

Por sua vez, a territorialidade dos raizeiros ao construir alternativas concernentes ao modo de viver, apresenta-se como uma territorialidade contra hegemônica, elementos que buscam estratégias voltadas a um modelo de desenvolvimento territorial sustentável, como se verifica na Cooperativa Raízes do Riachão. São esses encadeamentos traçados no cotidiano - imbricado da conflitualidade, que impulsionam as (Re) Existências e mesclam a relação com os de dentro e com os de fora - que garantem práticas socioculturais que com os de fora - que garantem práticas socioculturais que compõe novos saberes e fazeres dos Povos Cerradeiros<sup>9</sup> (MENDONÇA, 2004).

Para Soja (2001), territorialidade é composta por três elementos: senso de identidade espacial, senso de exclusividade e compartimentação da interação humana no espaço. O território das populações tradicionais é refletido pelo caráter peculiar calcado em símbolos, representações que denotam em singularidades e caráter de pertencimento em consonância as essas formas alternativas existe o poder do Estado que também se territorializa.

---

<sup>8</sup> Os entrevistados envolvidos nessa pesquisa tiveram acesso ao termo de conhecimento livre e esclarecido(TCLE) de modo que a publicação das entrevistas possui o consentimento dos participantes.

<sup>9</sup> Nas palavras de Mendonça (2004) são sujeitos sociais que historicamente viveram nas áreas de Cerrado e constituíram formas de uso da terra a partir das diferenciações naturais-sociais experienciando formas materiais e imateriais de trabalho, que denotam relações sociais de produção muito próprias e em acordo com as condições ambientais, resultando em múltiplas práticas socioculturais.

Ao examinarmos sobre o conceito de território para analisar o contexto dos raizeiros, destacamos que esse conceito abriga relações entre pares que se mostram em um plano onde o antagônico e o conexo estão presentes e influenciam-se mutuamente: materialidade e imaterialidade, complexidade e unicidade, diversidade e identidade, inclusão e exclusão, espaço e tempo, global e local. Debate confirmado por Saquet (2010).

Territórios são natureza e sociedade: não há separação: é economia, política e cultura; edificação e relações sociais; des-continuidades; conexão e redes; domínio e subordinação; degradação e proteção ambiental, etc. Em outras palavras, o território significa heterogeneidade e *traços comuns*, apropriação e dominação historicamente condicionadas; é produto e condição histórica e transescalar; com múltiplas variáveis, determinações, relações e unidade. É espaço de moradia, de produção de serviços, de mobilidade, de desorganização, de arte, de sonhos, enfim, de vida (objetiva e subjetivamente). O território é processual e relacional, (i) material, com diversidade e unidade, concomitantemente (SAQUET, 2010, p.83).

No território as relações sociais se concretizam e se manifestam, em movimentos desiguais, contraditórios e conflituosos. Saquet (2010) chama atenção para a noção de territorialização conceito coerente e necessário com os estudos no campo dos estudos dos grupos não hegemônicos. O autor chama a atenção para o movimento do sujeito na produção do território. Essa construção é resultado do ato trivial de apropriação e controle social e afirma-se dentro das relações socioespaciais. "Os processos sociais e naturais, e mesmo nosso pensamento, efetivam-se na e com a territorialidade cotidiana. É aí, neste nível, que se dá o acontecer de nossa vida, e é nesta que se concretiza a territorialidade" (SAQUET, 2010, p.58).

Neste caso, Haesbaert (2007) ressalta a importância em considerar o aspecto “funcional” tanto quanto “simbólico” como componentes da realidade cotidiana que se revela nos territórios. A partir dessa concepção este autor acrescenta que:

(...) todo território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, funcional e simbólico, pois as relações de poder têm no espaço um componente indissociável tanto na realização de “funções” quanto na produção de “significados”. O território é “funcional” a começar pelo papel enquanto recurso, desde sua relação com os chamados “recursos naturais” (HAESBAERT, 2007, p. 23).

Para Haesbaert (2007), território, seja qual o sentido atribuído carregará a noção de poder, contudo não exprimirá apenas noção de poder político. “Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais explícito, de dominação, quanto ao poder no sentido mais implícito ou simbólico, de apropriação” (HAESBAERT, 2007, p.20-21). Segundo o antropólogo Paul Little (2002) a conduta territorial integra todos os grupos humanos. Para ele, a territorialidade é:

[...] o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu “território” ou homeland (cf. Sack 1986:19). Casimir (1992) mostra como a territorialidade é uma força latente em qualquer grupo, cuja manifestação explícita depende de contingências históricas. O fato de que um território surge diretamente das condutas de territorialidade de um grupo social implica que qualquer território é um produto histórico de processos sociais e políticos. Para analisar o território de qualquer grupo, portanto, precisa-se de uma abordagem histórica que trata do contexto específico em que surgiu e dos contextos em que foi defendido e/ou reafirmado (LITTLE, 2002, p. 3-4).

Dentro dos territórios onde há a materialização do trabalho social emana uma forma territorial representada pelas soberanias e autonomias embutidas pelas concepções políticas do Estado nacional aportada na “territorialidade estatal” (MORAES, 2006). Como o território é modelado sob a lógica das relações de poder, automaticamente, no dizer de Robert Sack envolve o controle de uma área. Contudo, esse domínio está amarrado pelo padrão (mais funcional ou mais simbólico) e dos agentes (a grande empresa, o Estado, os grupos locais etc.), caráter que adquire níveis de amplitude variada. Com referências anteriores (Haesbaert, 2002b e 2004), propomos identificar “múltiplos territórios” através das seguintes modalidades.

### Quadro 1: Múltiplos territórios e suas modalidades

Tipos de territorializações	Modalidades
Territorializações mais fechadas	Quase “uniterritoriais” no sentido de imporem a correspondência entre poder político e identidade cultural, ligadas ao fenômeno do territorialismo, como nos territórios defendidos por grupos étnicos que se pretendem culturalmente homogêneos, não admitindo a pluralidade territorial de poderes e identidades.
Territorializações político-funcionais	Mais tradicionais, como a do Estado-nação que, mesmo admitindo certa pluralidade cultural (sob a bandeira de uma mesma “nação” enquanto “comunidade imaginada”, nos termos de Anderson, 1989), não admite a pluralidade de poderes.
Territorializações mais flexíveis,	Que admitem a sobreposição territorial, seja sucessiva (como nos territórios periódicos ou espaços multifuncionais na área central das grandes cidades) ou concomitantemente (como na sobreposição “encaixada” de territorialidades político-administrativas).
Territorializações efetivamente múltiplas	Uma “multiterritorialidade” em sentido estrito, construídas por grupos ou indivíduos que constroem seus territórios na conexão flexível de territórios multifuncionais e multi-identitários.

Fonte: Haesbaert, R.(2002b e 2004). Organizado pelos autores.

A diversidade territorial representa de tal modo uma efetiva hegemonia dos territórios estatais que resulta em um mosaico político, em que o pretensão uniterritorial depara-se com novas redes de poder emaranhadas de complexas territorialidades, como é o caso da territorialidade das populações tradicionais. As territorialidades envolvidas na inserção do raizeiro dentro do território da saúde podem ser considerada dentro da modalidade territorializações efetivamente múltiplas. O caráter relacional desses territórios foi além de questões geográficas, constituindo-se como espaços delineados por relações de poder, que influenciaram na construção de significados pelos raizeiros. A territorialização geográfica dos raizeiros dentro da cooperativa Raizes do Riachão é e nas áreas onde são comercializados os produtos como nas feiras agroecológicas apresenta de forma difusa não possuindo uma dominação múltipla em uma única região do espaço.

O caráter multidimensional do território do raizeiro, abrange não apenas o aspecto material, mas também o imaterial. Por meio das narrativas e análises, compreendemos, ainda, que a resistência está presente junto aos raizeiros. Esses sujeitos se projetam dentro do território da saúde em busca de seu espaço, esse campo foi territorializado por saberes e que se inscreve dentro das relações de poder e disputa por espaço. A resistência e luta dos raizeiros no território da saúde pode ser explicada pela

contra-hegemonia que, conforme Saquet (2019), é construída pelo povo contra a ordem político-econômica-cultural dominante.

O espaço social do raizeiro é múltiplo não pode ser reduzido a modos estereotipados existe um território produzido em consonância a seus valores, regras, crenças atrelados ao cotidiano. Essa articulação promove multiterritorialidades, (HAESBAERT,2007) conceito que reconhece a dinâmica combinada de múltiplos territórios e territorialidades. As múltiplas vivências tecidas por meio das atividades produtivas e sociais e que muitas vezes esses arranjos expressam concepção e interesses divergentes (HAESBAERT, 2007).

Os projetos desenvolvimentistas forjados sob a produção do espaço e as diversas formas de territorialização capitalista avaliam que as terras ocupadas pelos grupos sociais tradicionais são incapazes de atenderem uma lógica político-econômica (PORTO, 2002). Conjuntura que nega não apenas as aspirações, como também, o paradigma do pluralismo que se mostra evidente aos povos tradicionais, mas de difícil entendimento para os demais povos, panorama estimulador para a geração de conflitualidade entre os agentes sociais envolvidos, neste sentido, o próprio direito em si configura-se como um ambiente latente de disputa por territórios (SANTOS 2005).

### **Considerações finais**

O modo de vida dos raizeiros com o cerrado constitui em um conflito como socioambiental, tendo em vista a amplitude de significados que é o ambiente do cerrado para os raizeiros, representa uma sociabilidade diferenciada, à identidade raizeira.

Os raizeiros, apesar de sua incorporação compulsória a modernização econômica pelo viés desenvolvimentista mante aquele autêntico modo de viver baseado em uma reciprocidade baseada na conexão natureza-sociedade em que a sabedoria ecológica apreende o cerrado como um reflexo da vivência. A lógica do Estado desenvolvimentista, representada pela monocultura de eucalipto dissocia cultura e natureza contrariando os interesses dos raizeiros: a lógica do território de exploração, característica do agronegócio e do complexo florestal-industrial, através da monocultura de eucalipto; e a do território da sustentação, que predomina na forma de produção dos raizeiros.

Na direção de gerar dados para retirá-los da invisibilidade e garantir a manutenção de suas práticas e saberes associado a plantas medicinais, bem como o

início de uma luta para o reconhecimento formal dos ofícios tradicionais dos raizeiros do Cerrado no Norte de Minas.

A análise que se faz, ao final da pesquisa de campo ao dialogar com os raizeiros, é a existência de um cenário marcado por tensões, disputas e apropriações variadas envoltas em campos políticos e tradições dialógicas distintas e antagônicas. A exemplo disso, os raizeiros apontaram que as causas que leva (ram) o desmonte das estratégias produtivas locais estão atrelado ao modelo de desenvolvimento econômicos iniciados na década de 1960, que impulsionaram a privatização, das chapadas

Mas, todo esse ambiente de contradições não reduziu a noção de identidade e territorialidade, ao contrário, fomentou formas de resistência através da mobilização de recursos humanos e políticos com os objetivos de manter e expandir seus territórios socioambientais. Os territórios tradicionais resultados das emaranhadas relações sociais a partir dos processos sociais que incluem a materialidade espacial. Na visão de Almeida (2004) o território como o espaço apropriado e usado a partir de práticas tradicionais e por isso, julgam-se, como os sujeitos, quem delimitam os territórios.

A definição dos seus territórios não é embasada com base nos códigos do direito, todavia pelos usos que lhe são conferidos, tais como as suas práticas vinculadas a sua vida cotidiana, o lugar das manifestações religiosas, expressões e práticas de cultivo e manejo dos recursos naturais. Nas palavras de Porto Gonçalves (2002), em relação às tensões de territorialidade “devemos atentar, também, para outros conhecimentos produzidos por outros protagonistas com outras matrizes de racionalidade”. (GONÇALVES, 2000, p.246).

Nesse sentido validar não apenas o discurso da desterritorialização, mas, sim, levar em consideração a multiterritorialidade, abandonar a ideia de que o território está ligado a homogeneidade e a identidades homogêneas imbricadas de inúmeros espaços e escalas.

Contexto oportuno para entendermos as geo-grafias das resistências culturais e das lutas políticas que delineiam novas perspectivas para delinear novas formas de concepções usos do território em confronto com Estado e mercado.

O território expressa um sentido multi-escalar e multi-dimensional que apenas será decifrado através da multiplicidade, de uma multiterritorialidade. Assim, os

rearranjos que tenha como fim, uma ação transformadora, nos tempos atuais, exigirá o manejo com a multiplicidade de territórios, caso contrário, nenhuma modificação sem esse caráter será capaz de estabelecer outra sociedade que reconheça e respeite as multiculturas e as diferenças humanas.

## Referências

AB’SÁBER, A. N. As boçorocas de Franca. **Revista da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Franca**, [S./l.], v. 2, n. 1, p. 05-27, 1968.

ABREU, Regina. Patrimonialização das diferenças e os novos sujeitos de direito coletivo no Brasil. In: TARDY, Cécile; DODEBEI, Vera (Org.). **Memória e novos patrimônios**. Marseille: Open Edition Press, 2015. p. 67-93.

ACSELRAD, H. Território e poder: a política das escalas. In: FISCHER, T. (org). **Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teórico e avaliação**. Salvador: Casa da Qualidade, 2002.

ACSELRAD, H. Meio ambiente e justiça - estratégias argumentativas e ação coletiva. In: **Educação Ambiental - Referencial Teórico. Banco de dados do ICMBio**, 2004.

ACSELRAD, H.; MELLO, C. A.; BEZERRA, G. Agenda 21 local: um glossário analítico para o debate. In: ACSELRAD, H.; MELLO, C.; BEZERRA, G. (Orgs.). **Cidade, ambiente e política: Problematizando a Agenda 21 local**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007, p.33-87.

ACSELRAD, H.; MELLO, C. A.; BEZERRA, G. **Cartografias sociais e Território**. Rio de Janeiro. Ed. UFRJ. 2008.

ALMEIDA, A. W. B. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. **R. B. Estudos Urbanos e Regionais**, [S./l.], v. 6, n. 1, 2004, p. 9-32.

ALMEIDA, A. W. B. **De Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas**. 2. ed. Manaus: PGSCA-UFAM, 2008.

ALMEIDA, A. W. B. Agroestratégias e desterritorialização: direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios. In.: **Capitalismo globalizado e recursos territoriais**. Rio de Janeiro. Editora Lamparina. 2010, p.101-143.

ALMEIDA, A. W. B. **Conceito de terras tradicionalmente ocupadas**. 2020. Disponível em: <<https://mestrado.direito.ufg.br>>. Acesso em: 02 junho. 2020.

ALMEIDA, S. P. **Cerrado: ambiente e flora**. Planaltina: EMBRAPA-CPAC, 1998.

ALVES, R. R. N.; SILVA, C. C.; ALVES, H. N. Aspectos socioeconômicos do comércio de plantas e animais medicinais em áreas metropolitanas do Norte e Nordeste do Brasil. **Revista de Biologia e Ciências da Terra**, [S./l.], v. 8, p. 181-189. 2008.

ANDERSON, B. **Nação e Consciência Nacional**. São Paulo: Ática, 1989.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa**. 4. Ed. São Paulo: Saraiva 1990.

BRASIL. **Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007**. 2007. Disponível em:  
< [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm)>.  
Acesso em: 5 junho. 2020.

CARRERE, Ricardo (Org.). **As plantações não são florestas**. Montevideo, Uruguai: Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais, 2003. 211 p.

DAYRELL, C. A. **Geraizeiros e Biodiversidade no Norte de Minas**: a Contribuição da Agroecologia e da Etnoecologia nos Estudos dos Agroecossistemas Tradicionais. Montes Claros/MG. 1998. 155 f. Dissertação (Mestrado em em Agroecologia y Desarrollo Rural Sostenible), Universidade Internacional de Andalucia, La Rábida, 1998.

DAYRELL, C. A. Os geraizeiros descem a serra ou a agricultura de quem não aparece nos relatórios dos agrobusinesses. In: LUZ, C; DAYRELL, C.A.A. **Cerrado e desenvolvimento: tradição e atualidade**. Goiânia, Agência Ambiental de Goiás. 2000.

DAYRELL, C. A. **De nativos e de caboclos: reconfiguração do poder de representação de comunidades que lutam pelo lugar**. 2019. 459 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Social), Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2019.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL SOBRE A DIVERSIDADE CULTURAL. In: SHIRAIISHI NETO, Joaquim (org.). **Direito dos povos e das comunidades tradicionais no Brasil: declarações, convenções internacionais e dispositivos jurídicos definidores de uma política nacional**. Manaus: UEA, 2007, p. 121-132.

FRANÇA, I. S. X.; SOUZA, J. A.; BAPTISTA, R. S. & BRITTO, V. R. S. Medicina popular: benefícios e malefícios das plantas medicinais. **Revista Brasileira Enfermagem**, [S./l.], v.2, p. 201-208, 2008.

GOHN, M. G. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. **Revista Saúde e Sociedade**, [S./l.], v. 13, n. 2, p. 20-31, 2004.

GONÇALVES, C. W. P. **As Minas e os Gerais - breve ensaio sobre a geografia do Norte de Minas**. Niterói, 2000. mimeo, 21 p.

GONÇALVES, C. W. P. **Da Geografia às Geo-grafias: um Mundo em busca de novas territorialidades**. II Conferência Latino-americana y Caribeña de Ciencias Sociales – CLACSO. México, Unviersidad de Guadalajara, 21-22 nov. 2001.

GONÇALVES, C. W. P. Da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades. Em Ceceña, A. E. e Sader, E. (org.), **La guerra infinita: hegemonía y terror mundial**. Buenos Aires: Clacso, 2002.

GOSS, Karine Pereira. **Identidades militantes em ações coletivas contemporâneas em Florianópolis (SC)**. 2003. 142 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

HAESBAERT, R. Fim dos territórios ou novas territorialidades?. In: Lopes, L.; Bastos, L. (org.). **Identidades: recortes multi e interdisciplinares**. Campinas: Mercado de Letras, 2002b.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multi-territorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, R. Território e Multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 17, p. 19-44, mar./2007.

LITTLE, P. E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**. Brasília, UnB, 2002.

MENDONÇA, M. R. **A urdidura do trabalho e do capital no Cerrado do Sudeste Goiano**. 2004. 457 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

MIURA, A. K., LOWE, T. R.; SCHINESTOCK, C. F. Comércio de plantas medicinais, condimentares e aromáticas por ervateiros da área central de Pelotas - RS: estudo etnobotânico preliminar. **Revista Brasileira de Agroecologia**, [S.l.], v. 2, n. 1, p.1025-1028, 2007.

MORAES, A. C. R. de. A afirmação da territorialidade estatal no Brasil: uma introdução. In LEMOS A. I. G. de; SILVEIRA, M. L.; ARROYO, M. (Org.) **Questões territoriais na América Latina**. Buenos Aires/São Paulo: Clacso/USP, 2006. p. 41-54.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO – OIT. **Convenção sobre Povos Indígenas e Tribais em Países Independentes [Convenção 169]**. Geneba: OIT, 1989.

PÁDUA, J. A. A “mente monocultural” e a ocupação autoritária do território brasileiro. **Revista Proposta**, Rio de Janeiro, v. 99, n. 2, p. 6-12, dez/fev de 2003/04.

RIBEIRO, A. C. T. Outros territórios, outros mapas. **Revista OSAL**, Buenos Aires, v. VI, n. 16, p. 263-272. Enero-Abril de 2000,

SACK, R. **Human Territoriality: its theory and history**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SANTOS, B. S. **Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2005.

SANTOS, B. S. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. 2. ed. São Paulo: Cortez. (2008).

SANTOS, B. S. **Refundación del Estado en América Latina: Perspectivas desde una epistemología del Sur**. Lima: Instituto Internacional de Derecho y Sociedad, 2010. p. 44-46.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SAQUET, M. A., **Saber popular, práxis territoriais e contra-hegemonia**. 1ª edição, Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

SHIVA, V. **Monoculturas da Mente: Perspectivas da Biodiversidade e da Biotecnologia**. São Paulo: Gaia, 2003. 240 p.

SILVA, A. M. S. Percepção Ambiental dos geraizeiros sobre as plantas medicinais do cerrado no município de Mirabela – MG. In: Colóquio Internacional. A universidade e modos de produção do conhecimento: para que desenvolvimentos? 5, Montes Claros. **Anais**. Montes Claros: Unimontes, 2015. p. 1-16.

SILVA, C. E. M. Desenvolvimento e sustentabilidade nos cerrados: o caso do sertão norte mineiro. In: LUZ, Cláudia; DAYRELL, Carlos (org.). **Cerrado e desenvolvimento: tradição e atualidade**. Montes Claros, 2000. p.273-309.

SILVA, S. C. **A Família de municípios do agronegócio: expressão da especialização produtiva no front agrícola**. 2007. 129 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Programa de Pós-graduação em Geografia do Instituto de Geociências da Unicamp, Campinas, 2007.

SOJA, E. W. **The political Organization of Space**. Washington, D.C: AAG Commission on College Geography. 2001

ZATTA, M. **Receitas de plantas medicinais**. Porto Alegre: Pastoral da Saúde, 2000. 150 p.

---

#### Autores

---

**Amanda Maria Soares Silva** – É Graduada e Mestre em Geografia pela Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES). Atualmente é Professora na rede pública da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE/MG).

**Endereço:** Av. Rui Braga, s/n, prédio 2/CCH, Vila Mauriceia, Montes Claros, MG, Brasil, CEP: 39401-089.

**Cássio Alexandre da Silva** – É Graduado em Geografia pela Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), Mestre em Desenvolvimento Social pela Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES) e Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Atualmente é Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES).

**Endereço:** Av. Rui Braga, s/n, prédio 2/CCH, Vila Mauriceia, Montes Claros, MG, Brasil, CEP: 39401-089.

---

**Artigo recebido em: 24 de junho de 2023.**

**Artigo aceito em: 31 de agosto de 2023.**

**Artigo publicado em: 01 de setembro de 2023.**